



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02/06/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a presença dos Srs. Vereadores Reis e Toninho Vespoli e na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a 3ª reunião do grupo de trabalho para dar início ao aprimoramento do PL 415/2012, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.

O tema da reunião de hoje é Educação Infantil.

Passo a palavra ao Vereador Toninho Vespoli, Relator do Plano Municipal de Educação.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos e a todas. A ideia para hoje é falarmos sobre as metas do plano atual para a educação infantil e depois abrir para os debates. Tentamos mudar um pouco a dinâmica com relação à última reunião. Resolvemos não trazer especialistas para haver mais interação entre os presentes.

A ideia é aquela comentada na última reunião: tentar trazer o acúmulo dos debates das conferências para o debate deste momento.

Vou passar a ler as metas, que não são muitas.

Meta 1: Universalizar, até 2014, o atendimento escolar da população de quatro a cinco anos. Atender, até 2016, 60% da demanda efetiva da população de até três anos e onze meses. Universalizar, até 2020, o atendimento escolar da população de até três anos e onze meses. Há as estratégias, mas apenas vamos ler as metas.

Meta 06: Oferecer, até 2014, educação de seis horas diárias de duração na pré-escola. Oferecer, até 2014, educação em tempo integral em 50% das escolas de ensino fundamental. Oferecer, até 2020, educação em tempo integral em até 100% das escolas de ensino fundamental.

Meta 07: Promover a melhoria da qualidade de educação, ofertar em todos os níveis e modalidades da educação básica.

Meta 20: Consolidar, até 2016, educação ambiental como componente essencial ou

permanente da educação presente de maneira articulada em todos os níveis e modalidades do ensino.

São essas as quatro metas. A ideia agora é irmos às discussões.

A SRA._____ - Quero fazer apenas uma pergunta para esclarecimento. A discussão sobre educação integral, educação ambiental e qualidade envolve outros níveis e modalidades. Não vim tão preparada para discutir esses outros temas. Eles voltarão em outras reuniões? A gente pode trazer questões em outras reuniões?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na última reunião, o pessoal do Governo veio para falar. A ideia era que essa discussão fosse feita com as participações do Governo, da sociedade civil e da Câmara Municipal. Na reunião que fizemos com nossas Assessorias; minha, do Vereador Toninho Vespoli e da Comissão de Educação; houve entendimento de que deveria haver maior espaço para que vocês participassem. Então, o Vereador Toninho Vespoli leu as metas. Os senhores, dentro delas, digam o que acham e o precisa ser feito para melhorar, ampliar ou aprimorar, conforme o seu entendimento.

A Sra. Silvana juntamente com o Sr. José ficaram sendo os facilitadores. Ou seja, na medida em que as pessoas forem se inscrevendo ou entrarem com alguma argumentação ou facilitação nesse processo, eles ficaram como responsáveis por isso; e nós, Vereadores, estamos acompanhando esse processo. É para os senhores falarem mais e nós falarmos menos. Vamos ver se vai dar certo, essa nova dinâmica.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LOURIVAL NONATO – Falo aqui pelo Fórum Municipal da Criança e do Adolescente. Acompanho essa mesma preocupação e compreendo essa questão que o Vereador indicou. Os facilitadores devem ter já se apropriado da reunião anterior, das temáticas discutidas e do plano de metas colocado. Talvez fosse razoável que eles fizessem um pequeno resumo, para ver se a gente consegue também assimilar e compreender o

alcance do debate até agora colocado, para que a gente possa se inserir com maior propriedade e facilidade. Eu estou aqui fazendo essas colocações.

A SRA. ANANDA – Na verdade, eu não ia falar tanto como o Sr. Lourival, que trouxe a questão da forma. Eu já ia trazer algumas questões relacionadas à Educação Infantil. É uma preocupação importante haver uma devolutiva com os senhores, quanto ao que foi compreendido nessa discussão. Vou trazer algumas relacionadas à meta 1, de Educação Infantil, tentando recuperar o que foi discutido, levantado, tanto nas propostas sistematizadas e depois votado na Conferência Municipal de Educação. Essa meta é bastante polêmica. Apesar do que foi aprovado, houve algumas divergências no processo.

Vou ir ponto a ponto. Primeiro, com relação a esse termo atendimento escolar, ninguém está questionando o fato de ser atendimento em unidades educacionais. De repente, podemos mudar o termo para atendimento educacional. Já há uma discussão na Educação Infantil. Falo isso para não ficar essa discussão da escolarização, como há no Ensino Fundamental. Em segundo lugar, há alguns relacionados às próprias metas, às três metas da Educação Infantil. Com relação ao atendimento de quatro a cinco anos, é preciso haver um ajuste, respeitando o que está previsto na Constituição, na emenda 59. É só uma questão de ajuste mesmo. Com relação ao item 1.2, há o atendimento da população de zero a três anos. Essas minhas observações têm a ver com ajustes e adaptações, com relação à realidade que temos hoje, em 2014, diferente de 2010. Quanto a esse item, sugiro que o atendimento até 2016 seja de toda a demanda cadastrada. Aqui vale uma ressalva sobre o que significa a demanda cadastrada. Esse item precisa ser ajustado. Se formos deixar, como meta intermediária 2016, vale a pena utilizarmos o que também já está previsto no plano de metas do Governo Municipal, que são 105 mil para crianças de zero a três anos, para que isso seja cumprido.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANANDA – Eu não estou formulando aqui o texto. Dou apenas uma

sugestão. Vale ouvirmos também as outras pessoas. Quanto ao termo demanda cadastrada, dependendo do momento do ano, é um valor. Ele varia. O ideal talvez não seja demanda cadastrada. É importante se garantir uma meta intermediária. Até 2016, esperamos que não haja mais a necessidade de uma lista de espera, considerando que o atendimento de crianças de zero a três anos não é obrigatório. Ou seja, não vai atender talvez os 100% das crianças. Consideramos também que há um processo judicial em tramitação, que já foi votado. O que foi aprovado, no âmbito do Tribunal de Justiça, foi o que está previsto no Plano de Metas do Governo Municipal, que são 150 mil vagas para toda a Educação Infantil e 105 mil para crianças de zero a três anos. Nesse sentido, estão compatíveis os vários processos que há na Educação Infantil no município.

Com relação às estratégias, no primeiro ponto, a promoção da ampliação da Educação, da oferta educacional, uma das propostas era que a ampliação fosse feita na rede direta, assegurando qualidade nos três tipos de oferta que há no município, direta, indireta e conveniada. No caso de se assegurar a qualidade, que fosse a partir dos padrões de qualidade previstos nos documentos nacionais, nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e nos parâmetros do Ministério da Educação.

Também sugiro que seja inserida uma nova estratégia, quanto à ampliação, que seja retomado o investimento e seja ampliado o número de berçário no atendimento de crianças de zero a três anos. Nos estudos, temos visto que o atendimento de berçário, para crianças bem pequenas, tem diminuído ao longo dos anos.

Também seria importante acrescentarmos - esse foi um ponto também discutido na época da elaboração do plano - uma estratégia de promoção de busca ativa das crianças nessa faixa etária, porque não necessariamente a demanda é espontânea. Há uma importante parte da demanda que é espontânea, mas há outra parte da demanda que é potencial, que não aparece no cadastro. Então, deve-se incentivar e promover um processo de busca ativa dessas crianças, sobretudo aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social. Outro ponto para

inserção é a realização de um diagnóstico da situação das entidades conveniadas, do atendimento conveniado no município. A partir desses diagnósticos, ao longo dos dez anos, pode-se realizar um contínuo monitoramento da situação do convênio no município.

Há algumas questões que entram no início do projeto de lei, que são os primeiros artigos antes das metas. Elas não entram nos temas previstos nas reuniões.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – A gente organizou as reuniões em cima dos eixos. De fato, a gente não pegou o corpo da lei, mas nada impede que se isso seja apresentado, para que a comissão avalie.

NÃO IDENTIFICADA – Boa noite a todos. Na questão da Educação Infantil, em relação às estratégias, um item que eu acho que devemos debater muito é a questão da oferta mesmo. Aqui há oferta das redes direta, indireta e conveniada. Penso que a gente tem que debater muito, exaustivamente, porque nós temos, no município de São Paulo, um número exacerbado de conveniados. Quando foi elaborada a primeira versão do Plano Municipal de Educação, no debate que saiu na conferência, havia um prazo “x”, para que as conveniadas ou parassem o seu trabalho ali, sem ampliação. Isso sumiu não só no plano nosso municipal, como no nacional também. Nos debates do Plano Nacional de Educação, que foram realizados na conferência de 2010, havia um prazo “x”, para que as conveniadas não ampliassem o atendimento. Só que, na primeira do Plano Nacional de Educação, isso sumiu e as conveniadas passaram a ser contempladas, desde que tivessem um padrão de qualidade. Então, elas poderiam coexistir indefinidamente.

Considerando a realidade que nós temos das conveniadas e considerando a estrutura que a Prefeitura de São Paulo tem para supervisionar esse trabalho, temos que debater isso muito. O que a Prefeitura não tem? Ela não tem a Secretaria Municipal de Educação, não tem uma estrutura adequada, com recursos humanos, materiais e tudo mais, para analisar o sistema da rede conveniada. Não tem também contador suficiente para analisar

as contas. O tempo é exíguo. Isso ficou muito claro nos debates que ocorreram no ano passado com a Promotoria, no Tribunal de Justiça. Há a supervisão pedagógica. Considera-se que quem faz o trabalho são os supervisores da rede, e o número de supervisores está sendo insuficiente para dar conta disso, porque cresceu demais a rede conveniada. O número de supervisores, nos últimos anos, não foi ampliado. Então, nós temos um número muito pequeno de profissionais para poder acompanhar os trabalhos na rede conveniada. Aí entra a questão administrativa, a questão pedagógica e a questão financeira. Tudo isso demanda ampliação de profissionais, para poder acompanhar devidamente o trabalho. Se a realidade que nós temos, no município de São Paulo, é dessa ordem, há mais de mil unidades da conveniada. Temos que pensar e discutir exaustivamente isso aqui, porque é um plano que é elaborado para dez anos. Então, ele tem que estar prevendo essa situação.

Outra coisa que eu acho importante que a gente venha debater aqui também é o número de alunos por classes, a questão do atendimento qualificado, a questão do espaço físico e como encaramos essa situação e como devemos encarar daqui para frente, num prazo de dez anos, porque quando falamos em atendimento, adulto por criança, não podemos considerar uma única vertente, não podemos considerar apenas o espaço físico. Há outros aspectos que têm que ser considerados ao se definir o número de alunos por sala. Então, por enquanto, são dois temas que a gente tem que se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Indira.

A SRA. INDIRA – A minha contribuição depois eu posso até deixar para a Relatoria e para o pessoal da comissão. Eu trago um resumo do que foi debatido na Conferência Livre de Educação Infantil no ano passado, com o fórum paulista, o fórum municipal e outras entidades. No debate da Conae, a gente realizou uma plenária livre só de Educação Infantil. Com isso, acabou-se suscitando também temas dos municípios, não só no âmbito nacional, no plano nacional, mas também a gente fez um resgate do plano municipal. A gente debruçou-se principalmente no documento de sistematização, o que a gente defende, assim como a

comissão está fazendo, resgatando o debate que foi realizado em 2010, do qual nós também fizemos parte.

Basicamente eu vou reforçar alguns pontos que as Sras. Ananda e Benê trouxeram. Especificamente, a gente respeita a proporção de crianças e adultos nos agrupamentos, pelo tamanho do grupo, não só da sala. Há uma discussão se se usa sala ou agrupamento. Quando se considera agrupamento, sabemos que, em muitas escolas, acaba havendo dois agrupamentos numa mesma sala. Então, é preciso haver um cuidado no termo a ser usado, a ser estabelecido, por sala ou por agrupamento.

Outra coisa que a gente defende também é a integração no atendimento CEI e EMEI, para que não haja uma fragmentação. Entendemos, defendemos a Educação Infantil como sendo de zero a seis anos, mas vamos manter os cinco anos. O que a gente vê que acontece é que a carreira é diferente; o concurso é diferente. O profissional que trabalha em CEI é diferente daquele que trabalha em EMEI, e não há essa união. Trabalhamos com a infância do mesmo jeito. A gente defende que seja pensada essa não fragmentação entre CEI e EMEI, e o atendimento seja feito de maneira conjunta. Defendemos também a rede direta e a resgatamos isso da conferência. Como a Sra. Ananda lembrou, o debate foi bem acalorado, sobre a priorização do atendimento na rede direta. Defendemos o congelamento do número de convênios.

NÃO IDENTIFICADA – Quando a senhora fala de Educação Infantil como direito ininterrupto de crianças de zero a cinco anos, quanto à fragmentação do atendimento, havia entendido que a criança que está no CEI vai automaticamente para a EMEI. É isso?

A SRA. INDIRA – Não. Isso já acontece.

NÃO IDENTIFICADA – Aí foi colocada a questão do concurso.

A SRA. INDIRA – Sim. Há um debate sendo feito na EJA(?), essa proposta da Cemei.

NÃO IDENTIFICADA – A Cemei é o Centro de Educação Integrada Infantil.

A SRA. INDIRA – Aí a CEI e a EMEI estão juntas no mesmo equipamento. A gente traz a proposta de pensar novas possibilidades, não necessariamente defendendo o equipamento... Temos que pensar nessa infância integrada, que não seja uma criança de zero a três anos e outra criança de quatro a cinco anos.

NÃO IDENTIFICADA – E quanto ao concurso?

A SRA. INDIRA – Eu dei um exemplo de como as coisas são fragmentadas, começando pelo concurso.

NÃO IDENTIFICADA – Quando a senhora dá o exemplo de como o concurso é fragmentada, a sugestão do fórum ou a sua sugestão é que seja um concurso único?

A SRA. INDIRA – Não, não. A gente não traz uma proposta específica para isso, mas que se abra sim o debate e se pense em possibilidades para se acabar com essa fragmentação. A gente não traz uma proposta específica.

NÃO IDENTIFICADA – E o concurso único, por exemplo, não necessariamente acabaria com a fragmentação? Acho que é uma coisa para a gente debater.

A SRA. INDIRA - Com certeza.

A SRA. - A gente tem no ensino fundamental...

- Fala fora do microfone.

A SRA. - Tudo bem, você vai poder falar. A questão é para a gente pensar um pouco isso. No ensino fundamental, por exemplo, que a gente tem convivendo no mesmo espaço o professor Fund 1 e o professor Fund 2, a gente não garante a integração. Então acho que também a questão do espaço não garante a integração; a questão do concurso eu acho que também não garante a integração. Acho que a gente também precisa pensar que formas a gente tem para garantir de fato essa integração e a continuidade da educação dessa criança.

A SRA. - Isso, isso. Outra coisa que a gente defende é a ampla participação das famílias e das crianças na tomada de decisão, tanto na elaboração e

implementação do projeto político-pedagógico quanto nas decisões internas. Então pensar em mecanismos de ampliar essa participação das famílias e das crianças. E mais pontualmente também nas estratégias da meta 1, assim como a Nana resgatou a questão do escolar e o educacional, eu também trago aqui no item: “Possibilitar a matrícula dos alunos”. Como a gente está falando especificamente aqui da educação infantil, então eu trocaria por crianças, possibilitar a matrícula das crianças com deficiência. E em cima fala: “Oferecer aos povos indígenas possibilidade de matrícula em centros de educação infantil específicos para essa clientela” - também me incomoda muito esse termo, então trocar por “população” ou outro melhor, porque “clientela” é muito mercantilista; “população”. Por ora é isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - A próxima a falar é a Sonia. Os facilitadores estão dizendo que vocês podem entregar documentos para eles, se tiver; o que vocês produzirem, podem entregar a eles essa documentação.

—
- Fala fora do microfone.

A SRA. SONIA – Boa noite. Eu sou Sonia, participei das conferências, eu era representante de fórum regional da educação infantil da Grande São Paulo e atualmente eu estou na DOT Educação Infantil, em SME. Eu vou pular um pouco da meta 1, vou trazer algumas questões que considero também importantes.

Na meta 07, que diz: “Promover a melhoria da qualidade da educação ofertada em todos os níveis e modalidades da educação básica”, é importante lembrar que a educação infantil faz parte da educação básica. E aí, em complementação ao que a Indira falou, romper com essa cisão do CEI e da EMEI, é importante que a gente também aponte isso no plano; romper com essa cisão da educação infantil com o ensino fundamental, porque a gente vem, até na Secretaria defendendo a discussão de um currículo integrador para a infância, pensando que a infância se estende até os 12 anos. Então eu penso que na meta 07 uma das estratégias que a gente deveria apontar é a articulação da educação básica com vistas à infância, pensando na criança desde o CEI e entrando no ensino fundamental, para que seja garantido,

também nos primeiros anos do ensino fundamental, os direitos da criança (*sic*), da brincadeira, a lucidade (*sic*), que muitas vezes isso não é respeitado, em alguns momentos, no ensino fundamental e que é importantíssimo que a gente deixe isso expressado no plano municipal, dessa garantia para as crianças pequenas.

Tem algumas coisas aqui que diz assim: “Ampliar o acervo, atividade de salas de leitura em escolas municipais”. A educação infantil, em sua maioria, ela não tem sala de leitura, mas ela também precisa que o acervo de leituras seja ampliado. Então eu penso que, assim, a gente precisa colocar de alguma maneira aqui não só para as salas de leitura, mas pensando também na educação infantil esse acervo. A mesma coisa com relação a aqui: “prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para utilização pedagógica”. Os CEIs e as EMEIs também necessitam desses equipamentos tecnológicos, então acho que é importante também apontar a necessidade para a educação infantil.

Acho que no momento é isso. Depois, conforme for esquentando o debate, a gente vai se inscrevendo de novo.

O SR. - Só voltar um pouco na fala da Benê, aí os próximos que vão falar também podem intervir. A Benê acabou colocando (*sic*) duas questões, uma que já tinha aparecido na fala da Nanda, que era uma posição nos debates da conferência que colocava de se reduzir a expansão e até mesmo regredir a questão das conveniadas. Mas a Benê entrou com outro elemento que era do controle sobre elas. Quer dizer, é só entender mais exatamente o seguinte: Qual é mais efetivamente a proposta? É ter um controle mais efetivo sobre as conveniadas ou é abrir um processo de redução do número de conveniadas, ou de limitação do número de conveniadas, ou os dois concomitantemente? É que acho (ininteligível) só para deixar claro. É o seguinte: vai continuar existindo conveniada e a gente aumenta o controle, ou tem controle, mas a gente entra num processo regressivo com as conveniadas? Isso tem que ficar mais claro.

A SRA. - É a segunda proposta tua, a segunda fala.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Claudete Alves, próxima inscrita.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Estou desabituada. Boa noite a todos. Bem, eu quero me ater na (*sic*) questão da educação infantil, me desculpar pelo atraso, que eu estava num outro compromisso e vim correndo porque eu não queria perder essa reunião. Eu queria começar sobre uma questão que eu peguei o final da fala da Benê, e concordando com quase tudo que ela falou, que é uma das coisas que eu acho que não vai ter jeito, que esse plano, ao ser aprovado, ele tem que garantir, que tem a ver com a questão de quem é a responsabilidade do atendimento. Se é verdade que nós tivemos um avanço significativo com as alterações da LDB, quando do Fundeb, do financiamento, mesmo que não com os números que nós decidíamos, e eu fui uma das que fiz coro em Brasília para que o financiamento só fosse para... os recursos da área pública só para a área pública, mas passou um percentual diferenciado para a rede conveniada. Mas eu penso que no plano municipal talvez seja a oportunidade da gente (*sic*) recorrente esse rumo da vacilação que se teve quando da aprovação do Fundeb. Eu acho que recursos públicos têm que ser para a rede pública. E o que acontece nos últimos 15 anos na cidade de São Paulo? A gente tem uma preferência do conveniamento (*sic*), da terceirização da responsabilidade que teria que ser da rede direta para terceiros, e com várias justificativas. Então se dizem é mais barato... Olha só o que a gente ouve, entra governo e sai governo: é mais barato, atende um número maior, não-sei o quê, tan-tan-tan-tan-tan-tan, quando a gente sabe que não é verdade. Com exceção de raríssimas ilhas de excelência, é um caos o que a gente constata nos atendimentos da rede conveniada. Eu mesma já fiz várias denúncias (ininteligível), e tanto é verdade que o atual Secretário de Educação cancelou 60 desses convênios, mas a gente sabe que fica muito, muito, muito além (*sic*) do desejável. E aí de quem é a responsabilidade? Para mim a responsabilidade é do poder público que transfere recursos. Então, se por um lado a gente tem o Ministério Público que exige uma questão de um cumprimento que é um direito da criança, lembrando que mesmo com as alterações da LDB a

educação infantil consiste na primeira etapa da educação básica. É um dever do Estado e um direito da criança. Só que em 2009 houve uma alteração.

Por isso, quero começar o debate por aí, porque acho que será capenga se aprovarem um Plano Municipal sem se considerar essas questões; de que passa a ser obrigatório. Então, aquilo que era opção da família - até cinco anos - a LDB torna obrigatório. Inicia-se na educação básica a partir dos quatro anos e não a partir de 2016. 2016 é o prazo para que todos os estados e municípios organizem esse atendimento.

Então, a matrícula na educação básica, com a alteração de 2009 da LDB, dos quatro aos 17 anos, é obrigatória. Não é mais opção de. Se não é opção de, eu queria entender como fica, porque vejam, hoje temos preferencialmente o atendimento na rede conveniada. Preferencialmente registram-se... Eu queria pedir ao Sr. Presidente mais um tempinho, porque ele já está pedindo para eu concluir e eu mal comecei a falar, pelo menos em relação a esse ponto. Para outros assuntos eu poderei me inscrever, porque é uma reflexão que considero importante – não que as outras não o sejam - se me permitirem falar, senão não vou conseguir concluir o raciocínio.

Vejam os senhores, se a LDB diz que o início na educação básica é a partir dos quatro anos e na própria conferência se diz que a educação básica está nos documentos todos, é de responsabilidade do Poder Público – eu estou dizendo dessa que tem de ser ofertada gratuitamente – como se admite uma expansão cada vez maior do conveniamento desses serviços? Então, hoje você tem entre aspas, porque a gente já tem certificações de vários convênios que estão atendendo à demanda de EMEI, por exemplo. Nós temos convênios que estão atendendo crianças de zero a cinco anos que, no meu entender, é ilegal. Não poderia.

Este ano mesmo presenciamos vários aditamentos de contratos de convênios mudando a faixa etária até os quatro para os cinco anos e onze meses. Não sei com que respaldo legal, mas basta os senhores observarem os aditamentos feitos e poderão perceber

isso em vários Diários Oficiais.

Voltando, se é obrigatório como primeira etapa da educação básica como vai se permitir a ampliação dos convênios? Teria de ser o contrário, ir diminuindo essa participação. Temos um problema que o Plano Municipal de Educação terá de se debruçar para resolver. A gente sabe que esta Casa já tem lei aprovada comprando vaga na educação infantil, que eu acho um absurdo. Vai virar uma indústria, porque se é obrigatório a partir dos quatro anos e tem uma lei que possibilita comprar vagas na educação infantil, pra mim não é de ouro. As pessoas que só visam lucro vão querer abrir escolinha de educação infantil a torto e a direito.

A gente tem uma demanda reprimida e sabemos das dificuldades, não dá para resolver em um ou dois anos essa demanda enorme de aproximadamente 150 mil crianças. Parte dessa faixa etária - é isso o que eu queria frisar aqui – não é mais opcional da família. 2016 é amanhã para a realidade que nós temos de enfrentar. É obrigatório, só obrigatório, tem de ser público. Se é público não pode conveniar.

Então, o Plano Municipal de Educação, a exemplo da última Conae, tem de estabelecer uma trave, porque se continuar dessa forma solta estaremos, contrariando a própria LDB, quando ela fala que se inicia aos quatro anos. Por fim, na questão do Cemei, não sei se posso me inscrever para falar somente sobre ele, mas gostaria porque temos muito claro o que tem de ser feito. Não é uma proposta a ser construída, a gente quer indicar o que acreditamos ser possível ser feito a partir de. É claro que no Plano deveria constar essa questão.

Concordo com o que a Sonia falou...

Então, eu estou inscrita para as outras coisas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Kesia Alves.

A SRA. KESIA ALVES – Boa noite a todos. Falar depois de todo mundo é até redundante, mas não dá para não falar, principalmente porque estou muito abismada com a questão de um plano que a gente discutiu tão amplamente que foi a Conae, que é para

subsidiar esse plano.

Desculpe-me porque até atrapalhei a fala de alguém quando falei que deliberação de conferência não tem o que discutir e não tem mais o que debater, é fato. Este texto fala em “promover a ampliação da oferta da educação na rede direta e indireta e conveniada”, não sei quem tirou e nem de onde tirou porque não tirou de nenhum lugar das conferências que fizemos - tanto as livres quanto a municipal e nem tampouco a estadual e, muito menos, na nacional.

Foi uma briga intensa que tivemos de várias frentes e nós ganhamos de lavada que não queremos mais a rede conveniada. Nós queremos uma regressão na rede conveniada e queremos a ampliação da rede direta. Isso ficou claro e foi muito tranquilo. Nós conseguimos colocar no texto base. Não sei quem conseguiu retratar justamente o contrário aqui neste texto. Então, queria muito que vocês conseguissem resgatar e que realmente a gente tivesse um plano que não fosse para inglês ver e, principalmente, nós, a população que se dedica muito nas conferências – gasta tempo, dinheiro e abandona até a família para ter qualidade na educação e vemos que todo o processo vai por água abaixo quando chega às instâncias que realmente vão deliberar alguma coisa para colocar no papel. Não vai nada do que a gente discutiu.

Muito me aflige que este ano estamos batendo o recorde de conveniamento, vocês me desculpem, mas é porcaria. São meus colegas, são meus companheiros, que são de associação, mas é porcaria. Nós estamos fazendo depósito de criança. Eu estou visitando as conveniadas que estão sendo abertas e é um absurdo. Eu jamais colocaria um filho meu lá.

Os prédios não têm estrutura e têm um monte de escada. Como é que as crianças pequenas sobem e descem escada? É um horror. Vocês têm de ver. Está muito complicado o conveniamento durante esse processo deste ano.

Ainda temos de ouvir dos companheiros o seguinte: “Ora, vocês também são associação, monta aí para vocês ganharem um dinheirinho.” A gente defende o quê? Agora

que estamos do outro lado nós vamos ganhar dinheirinho? É para isso que a gente batalhou o tempo todo? Não é para isso que fazemos movimentos e muito menos associações.

Quando vemos um texto como este, sabemos de onde estão tirando as ideias. Está tirando daqui, por que isso nunca foi uma deliberação de conferência, ao contrário, a gente quer que reduza, gradativamente, a rede conveniada e que se amplie intensamente a rede pública. Foi isso o que colocamos na conferência e é isto que eu gostaria que fosse o primeiro ponto para debatermos aqui: ampliação da rede direta.

Eu vou me ater a meta seis que está falando das escolas em tempo integral, que também está tirando o juízo dos pais. Eu vou enfiar a minha filha seis horas em uma escola para fazer o quê, se em quatro horas ela não tem aprendido nada? Eu não quero um depósito de criança. Eu não preciso enviar uma criança seis horas na escola para ela não ter atividade alguma, não ter atividade lúdica, não aprender o pedagógico. Enfim, não conseguem passar nada para ela. Esse plano, implantado agora, mais retarda o desenvolvimento da criança que avança e isso ninguém discute. Não temos profissionais dentro da Educação do nível fundamental para atender as crianças de 5 a 7 anos que estão indo para as Emef's. Estão destruindo a infância das nossas crianças e eu sei, porque vivi isso na pele.

Então, precisamos discutir isso. O Plano tem que pautar isso.

Temos visitado várias escolas e há escolas que têm uma enorme brinquedoteca subutilizada ou não utilizada pelas crianças. Quando vamos às escolas, vamos para escutar os pais e os alunos, não os professores, e temos relatos de crianças que nunca, em seis meses, pisaram na brinquedoteca e é isso que temos que falar no Plano. Como pautamos isso?

Não adianta colocarmos escola em tempo integral para formarmos esse tipo de cidadão que estamos formando: seres que não conseguem pensar, que não conseguem aprender, que não farão a diferença em nossa sociedade.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Arnaldo.

(NÃO IDENTIFICADA) – Só para esclarecer. Quando você, Quézia, coloca, você questiona a 6,1, você questiona a qualidade, né, mas você não propõe que se reduza a

jornada, né. (Pausa) Qualidade.

- Manifestação fora do microfone – inaudível

(NÃO IDENTIFICADA) – É que me deu a sensação que você estava querendo reduzir a jornada das crianças. Não, né.

Outra questão. A Quézia disse que o que saiu na conferência não se discute. Discutimos, sim. A conferência é um espaço em que sistematizamos as discussões nas escolas. Aí, nem falo mais como assessora educacional do Vereador Reis. Falo como coordenadora pedagógica que participou do processo na escola. Quer dizer, muita coisa que está aqui nesse documento, por exemplo, em minha escola achamos um retrocesso. E, aí, acho que enquanto... Se isso vem para o Executivo, tenho uma expectativa, enquanto cidadã e educadora, que no debate da Comissão de Educação e no debate com os técnicos, algumas coisas não sejam contempladas mesmo. Por exemplo, para mim é um retrocesso o item 94, desse documento da conferência: “Desenvolver a avaliação diagnóstica para a organização das turmas na Educação Infantil”. Isso é um retrocesso bárbaro! É defendermos classe heterogênea. Isso saiu na Conferência de Educação da Cidade de São Paulo, de 18 a 20 de junho de 2010.

(NÃO IDENTIFICADA) – Mas foi suprimida.

(NÃO IDENTIFICADA) – Não, eu tenho aqui.

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADA) – Você tem esse material que eu também tenho? Aqui, no meu, o que foi suprimido está escrito. Na 94 está escrito: “Supressão”.

(NÃO IDENTIFICADA) – Ah, não tenho.

(NÃO IDENTIFICADA) – É. Isso não foi aprovado na Conferência. Isso é o documento de sistematização, mas não significa que isso é o resultado das aprovações.

(NÃO IDENTIFICADA) – Exatamente. Mas mesmo que, por exemplo, isso seja suprimido, de qualquer forma, acontecerão provavelmente apontamentos que, apesar de não serem suprimidos, podemos ter discordância.

(NÃO IDENTIFICADA) – Tudo bem a discordância, mas isso é legítimo, porque isso aqui é resultado dos debates da sociedade civil, tanto é que ele foi suprimido na Conferência. Agora, de ele estar aqui, tem que estar, sim, porque isso saiu de um debate de algum lugar. Não significa necessariamente que foi aprovado.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

(NÃO IDENTIFICADA) – O que foi aprovado na Conferência deve servir de parâmetro, sim. Agora, tem que ser daqui para melhor. Agora, não pode retroceder, porque se retroceder algo que aprovamos lá, fruto de uma mobilização social importante...

Agora, aos delegados que foram para a Conferência, foi oportunizado debater. Então, as produções individuais e de escolas, quem acumulou para eleger delegados e defender as suas propostas, não se pode desconsiderar o que foi aprovado lá. Acho que o Plano Municipal pode aperfeiçoar, melhorar, mas não desconsiderar questões importantes.

Foi muito sofrível aprovarmos aquele documento! Foram muitos meses de trabalho. Não podemos jogar fora o esforço que tivemos.

Então, a partir do texto, que não é esse que você se baseou para fazer a sua intervenção, temos que ampliar e debater para melhorarmos, avançarmos. Agora, voltar em aspectos já aprovados, não haverá acordo. Não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Podemos retomar, então, a sequência de inscrições?

Tem a palavra o Sr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO – Boa noite a todos.

Antes de mais nada, quero resgatar uma parte da fala da Quézia, no que se refere às condições precárias de atendimento de algumas escolas, inclusive conveniadas.

Sabemos que o Município não tem condições, ainda, de atender como deveria, de forma universal, as crianças. Agora, na medida em que isso ocorre, de ele não atender, e apesar de conveniadas e de indiretas, elas também não têm sido suficientes.

O que vemos em escolas particulares? Algumas são verdadeiras arapucas para crianças. Falo isso porque fui supervisor escolar e tinha que visitar algumas para dar autorização ou opinar sobre autorização e funcionamento de unidades assim.

Era de estarrecer o que víamos. E o que acontecia há época, pelo menos? As escolas ficavam lá. O supervisor não dava o parecer favorável, as crianças continuavam lá – algumas se acidentando. A mídia já chegou a noticiar crianças que morrem em CEIs, em escolinhas particulares. Condições de risco, até. Não se sabe se ela está mais em risco ali dentro ou fora daquele local! Então, é uma coisa que tem que ser urgente, com relação à atitude do Governo, ao posicionamento do Governo com relação a isso. Tem que encarar de frente. Tem que ter, até, mais gana. Se deu para fazer estádio, dá para fazer escola. Agora, em relação à meta 1, o que vou falar é quase um detalhamento da estratégia, mas que está pegando na criança.

Em relação à parte arquitetônica, nos primeiros CEUs que construídos, o que observamos – pelo menos com frequência, não só na região em que eu trabalho como também em outras, por relatos de colegas de outras regiões – é que em função da arquitetura, daquela disposição em que uma sala tem comunicação com a outra, a correnteza do ar era muito forte e muitas crianças se machucavam na porta. Essa crítica e outras foram feitas ainda quando a Ana Maria Quadros era responsável pelos CEUs na Prefeitura. Depois, pelo que vi no CEU Sapopemba, a disposição arquitetônica das salas foi mudada. Não sei se foi coincidência ou se só naquele local aconteceu essa alteração na intercomunicação de uma sala com outra.

Com relação ao mobiliário, ainda vemos em muitas das escolas esses playgrounds com material de eucalipto: escorregadores, gangorras e outros brinquedos feitos com toras de eucalipto. Essa madeira, com o tempo, começa a soltar farpas que machucam as crianças facilmente. É só visitar um CEI para ver essas benditas gangorras e escorregadores. As professoras até evitam deixam as crianças brincar ali. Isso para nós pode até ser um detalhe, mas não para as crianças. Então, é preciso considerar isso; é preciso que haja uma preocupação profunda com a arquitetura e com o mobiliário, evitando-se situações até risco para as crianças. Que sejam tomadas providências em relação a isso. Há dois meses visitei uma unidade na zona Sul em que os funcionários cuidaram de pôr um plástico e amarrar na ponta da gangorra, porque, se uma criança for brincar ali, fatalmente irá se machucar. Eu até disse que a criança pode ferir seu órgão genital, e aí falarão que na escola a criança foi abusada. Esses cuidados têm que ser tomados. Esse é um detalhe dentro de um todo, mas quem sofre as consequências disso pode falar melhor do que eu.

Manutenção das escolas, principalmente das escolas infantis. Uma criança menor não tem o mesmo discernimento que uma criança maior tem de perceber um bicho peçonhento. Muitas vezes, há um mato na escola, e a diretora implora para virem aparar o mato, mas ninguém aparece. Já recebi, no sindicato, ofícios falando até de escorpiões em um CEU. Essa situação, estou encaixando nesse item, porque tentei ver em outro local, mas achei

mais razoável aqui.

Há outro item: “possibilitar a matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades”, porque os dois extremos são importantíssimos. Ao trabalhar pela média, como a maioria faz, acaba-se prejudicando os extremos. Esse problema pode ser minimizado significativamente com a diminuição do número de alunos por classe. Quanto menor a idade da criança, menor deve ser o número o número de alunos. Eu, por exemplo, já cheguei a passar em concurso para Diretor de escola infantil em São Bernardo, mas não assumi por ser uma tremenda responsabilidade você lidar com uma criança que muitas vezes não sabe se expressar, e você não tem os mil olhos que deveria ter. Nesse sentido, vejo crianças com altas habilidades e aquelas que têm deficiências.

O último item é relativo às crianças que têm necessidades de atendimento médico. Falo porque já acompanhei um caso em que a criança faleceu num CEI, daí a necessidade de haver profissionais de saúde nas escolas. Sei que já há na Casa projetos nesse sentido tramitando. Não sei se foram aprovados ou não, já participei de audiências públicas que tratavam disso, mas isso também é urgente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Tem a palavra a próxima inscrita, Renate Keller, da Associação Comunitária Monte Azul.

A SRA. RENATE KELLER IGNACIO – Boa noite. Sou da rede conveniada. A Associação Comunitária Monte Azul mantém três creches há mais de 25 anos.

Eu gostaria de falar um pouco desse ponto de vista, já que o outro já foi debatido e explicado exaustivamente. No que diz respeito à supervisão, nós somos rigorosamente supervisionados. Nós recebemos uma vez por mês o Supervisor da DRE. Nossas prestações de contas também têm regras muito rígidas. Cada item – por exemplo, RH, alimentação, material pedagógico – tem a quantia que pode ser usada, e bate zero por zero: o que recebemos, nós gastamos. Não há como ganhar dinheiro com convênios, e não infelizmente,

mas felizmente, porque acho que realmente nesse sentido os convênios são rigorosamente controlados, com um rigor que para nós é até excessivo, porque muitas vezes se ganhamos doação de alimentos, poderíamos usar o dinheiro da alimentação em outro item necessário, como manutenção, mas não podemos.

Cada entidade que tem convênio investe nele. Não é só com a verba da Prefeitura que conseguimos manter esses convênios. Então, o convênio prevê dinheiro para reparos e reformas, mas construção e coisas maiores no prédio é tudo responsabilidade da entidade.

No que diz respeito à qualidade, conheço muitas creches na zona Sul de São Paulo – tanto diretas como conveniadas – e sinceramente não vejo essa diferença que vocês estão apontando. Muito pelo contrário: vejo várias creches conveniadas com qualidade muito boa, não só em relação aos espaços do equipamento como também em relação à formação continuada dos professores e, principalmente, em relação à permanência dos professores no equipamento. Já dei cursos de formação em creches diretas na DRE do Socorro e percebi nesses cursos – que duraram dois anos – que a troca de professoras nas creches diretas é algo muito recorrente. Praticamente todo ano troca pelo menos um terço, se não a metade ou mais, dos professores nessas creches da periferia, porque os professores procuram as creches mais centrais ou mais próximas de suas residências. Isso não acontece nas creches conveniadas, porque os professores são contratados via CLT e, logicamente, depende do modo como cada entidade administra. Nós, por exemplo, temos professores todos formados de muitos anos, o que cria um vínculo muito positivo com as crianças e também com a comunidade.

Não quero dizer que uma é melhor do que a outra, mas acho que cada forma de gestão tem suas vantagens e suas desvantagens. No momento por que passamos na cidade de São Paulo, com falta de tantas vagas e com dificuldade da Prefeitura em encontrar terrenos e espaços para construção, não dá para abrir mão da rede conveniada e demonizá-la. Essa é a minha contribuição. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Próximo inscrito, Sr. Lourival Nonato, do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. DORIVAL NONATO – Falei no início, trouxe uma sugestão, mas trago, agora, a preocupação dos debates que a gente vem, no cotidiano, discutindo no nosso Fórum de Direitos da Criança, mas também nos espaços de Conselho Municipal que cuida de estabelecer e controlar as políticas de atendimento para criança na cidade de São Paulo, e também nos conselhos tutelares.

Mas temos de desenvolver, agora, a própria 10ª Conferência que, nesse ano de Copa, nesse ano com tantas tarefas para a sociedade, também as conferências lúdicas e as convencionais. Elas devem acontecer, no âmbito municipal, dia 11 de novembro desse ano de 2014.

Mas antes delas, excepcionalmente, diferente dos outros municípios do País, teremos, em média, 81 conferências na cidade de São Paulo, de onde devemos recolher, devemos cuidar das crianças e adolescentes que participarão como delegados.

E as metas que indicam os cuidados nossos, não devemos ter o protagonismo da criança de zero a cinco anos nas conferências. Mas, certamente, as questões que nos preocupam com relação ao direito da criança, elas deverão também ocupar os nossos debates que costumam ter, em torno, 15 mil pessoas participando, isso no conjunto das conferências.

E como nós ainda não conseguimos avançar para, na Educação, termos, em todas as instâncias, os conselhos paritários, ou seja, há o Conselho de Equipamento, que é paritário, e não tem municipal paritário, e estranhamente não há um debate para discutir as questões que foram colocadas há pouco: das irregularidades, das escolas que não recebem a criança: “Ah, não podem entrar, chegou atrasado”, e a criança ou o adolescente, fica em situação de violação, porque tem de voltar, tem de se deparar com os riscos que o cotidiano oferece.

Mas, na conferência, estamos avançando como tem de avançar mesmo, não deve ter recuos. E agora estamos trabalhando a conferência, organizando de modo que tenha

também o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Isso significa distribuir os *pen drives* para os delegados para que eles tenham não mais aqueles cadernões, mas essa informação que chega. E também os *pen drives* devem sair abastecidos da vontade, da decisão dos delegados para que, depois, chegue aos conselhos e os conselhos – no caso, municipais, mas o tutelar também – manifestem - se a respeito das demandas que a sociedade traz, para o Estado, em suas instâncias, desenvolver. No caso, aqui, as conferências regionais e as municipais, que são duas: a lúdica e a convencional.

Precisamos também, na perspectiva do avanço da informação e das tecnologias e da comunicação, ter a simultaneidade, ter os quadros nos espaços de debates das conferências, mas também nas salas de aula.

Daí, a Lei 11.525 de 2007, ela gerou, ela foi aprovada, mas não houve um acolhimento no espaço da Educação.

Essa lei diz que: “Os conteúdos do direito da criança e do adolescente devem fazer parte do curriculum do Ensino Fundamental”. Logo, com muita antecedência, em sala de aula, os professores já deviam ter feito chegar ao conhecimento do cidadão em fase peculiar de desenvolvimento de seus alunos, de que há conferências periodicamente.

E, em São Paulo, nós já temos essa conferência e que os alunos vão para a escola e ao mesmo tempo, estando em sala de aula pode e deve receber toda a discussão, o debate, como a gente faz hoje dentro da regularidade da comunicação com a nossa internet, você ter o debate simultâneo com os meninos que estão em conferência e com os meninos que estão em sala de aula.

Então estou aqui achando necessário fazer essa colocação para que a gente não se surpreenda com a informação de que por motivos técnicos ou por motivos outros a gente não, em São Paulo, Cidade maravilhosa, que traz tanta novidade, que trouxe inclusive a inovação da conferência lúdica, não ter conferência porque não há uma sintonia entre o avanço da secretaria e o avanço das conferências, agora a X Conferência que se instala. Estou aqui só

reiterando que é importante que a gente faça a adequação, porque existe a Lei 11.525, e a lei é muito pequena, mas diz claramente que tem que estar incluído nos currículos do ensino fundamental os conteúdos do Direito da Criança e do Adolescente, deve ter essa simultaneidade. Então é preciso que a gente obtenha uma resposta. E é claro que ainda crianças de zero a cinco não sejam protagonistas das conferências, mas, sem dúvida, nós que trabalhamos com direitos das crianças vamos trabalhar as demandas que têm prejudicado esses alunos, cidadãos em caso peculiar de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Scheila, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SCHEILA – Boa noite a todos e a todas. Eu vou resgatar o documento, esse que até eu fui olhar, mas é o documento já aprovado, viu Silvana. Eu posso te passar por *e-mail*, sem problema, bem fácil.

Vou destacar aqui três itens que acho que precisariam ser reforçados. Um diz respeito à compra de materiais, ampliação de investimentos em recursos didáticos e pedagógicos, dizendo, um outro item que diz respeito ainda a esse mesmo item, fala da autonomia das unidades escolares para aquisição de materiais pedagógicos adequados e de qualidade, de acordo com suas necessidades a partir de consultas ao corpo docente, famílias e conselho de escola e com acompanhamento de supervisão. E dizem ainda da importância de bibliotecas com livros e materiais apropriados à faixa etária como forma de estimular desde cedo a formação de leitores. Então daria para juntar tudo isso num único item que seria uma contribuição importante para o plano.

Outro item que até agora não vi nada dizendo e que é bem importante, diz respeito à alimentação. Isso é uma coisa muito importante que precisa constar. No documento de 2010 consta o seguinte: alimentação variada e nutritiva em quantidade e qualidade adequada à faixa etária das crianças e considerando as especificidades, nesse caso da cultura indígena, mas das diferentes culturas. Acho que a questão da alimentação é uma coisa que a gente precisa

fazer constar nesse documento e precisa ver uma atenção especial a isso por questões, motivos que a gente não precisa explicitar agora, que são óbvios.

O terceiro e último ponto que eu gostaria de destacar diz respeito à quantidade de crianças nas diferentes berçários um, dois, mini grupo, primeiro estágio, segundos e terceiros estágios o documento aponta. Então consta assim: reduzir progressivamente até 2016 a relação criança educador na seguinte proporção: berçário um, máximo de cinco crianças por educador; berçário dois, máximo de sete crianças por educador; mini grupo, máximo de nove por educador; primeiro estágio, máximo de 15; segundo e terceiro, máximo de 20. Então várias, eu nem sei se quem trabalha com educação infantil aqui considera que esses números são os ideais, mas eu acho que mais que dizer que deve ser reduzido, que deve ser considerado, talvez partir para de fato apontar qual é a nossa meta, quantas crianças na diferentes faixas etárias. Acho que por enquanto é só. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. A próxima, reinscrita, tem a palavra a Ananda, da ação Educativa.

A SRA. ANANDA – Ainda tem outras pessoas inscritas. Ela se inscreveu antes.

A SRA. – Quero fazer um esclarecimento com relação ao posicionamento que coloquei no início da minha fala anterior e acho que o grande desafio que está colocado, não só aqui em São Paulo, mas em âmbito nacional também e temos visto isso constantemente, com relação ao Plano Nacional de Educação, é garantir a participação incida na formulação da política. A minha fala parte deste pressuposto. Quando eu coloquei da meta da educação infantil e da ampliação eu queria destacar duas questões que aconteceram na conferência.

Para além da polêmica, houve uma dificuldade na votação desta meta e não foram votadas todas as propostas sistematizadas no processo. Por isso também a comissão Executiva e até então e agora o Fórum Municipal de Educação tem colocado a importância de se abrir esse debate junto à Câmara Municipal e que bom que os Vereadores abriram esse

espaço de debate. Considerando esse cenário é importante dizer que esse espaço pode aprimorar, sim, o Plano.

Com relação à ampliação do atendimento, sobretudo, em creches e estou falando com relação à ação educativa, tem polêmica, considerando o histórico de atendimento aqui em São Paulo, a diversidade de atendimento não só na rede conveniada, mas também na rede direta e a situação atual que a gente não conseguiu dar conta da demanda de crianças que estão fora da escola, que não tem esse direito garantido, então, o que temos colocado é priorizar a ampliação na rede direta. Com relação à rede conveniada congelar no número de matrículas que se têm nesse momento. Se alguma entidade não tiver oferecendo atendimento a partir dos critérios estabelecidos que isso seja resolvido e sanado, de repente, trocada a entidade, mas que não amplie esse número de atendimento para que a gente garanta o direito dessas crianças serem atendidas no município.

Em caráter imediato que se ofereça melhores condições para o funcionamento tanto para a rede direta e, sobretudo, na rede conveniada, inclusive, com relação aos recursos fornecidos para essas entidades.

Com relação à pergunta do José Ibiapino acho que vale colocar como uma das estratégias a necessidade de controle, considerando a diversidade de entidades, de atendimentos na rede conveniada que haja um diagnóstico da situação da rede conveniada hoje e que a partir desse diagnóstico algumas medidas sejam tomadas e ao longo desses dez anos seja feito um monitoramento a partir do diagnóstico feito assim que o plano for aprovado.

Com relação aos padrões de qualidade, vários já foram mencionados e a proporção de crianças por adultos, crianças por agrupamento, acho que vale destacar o número de horas de atendimento, mas no sentido de que, ao longo desses anos, seria importante ampliar o número de horas atendidas pelas EMEIS, que hoje tem um número pequeno de horas, grande parte.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANANDA – Então, ampliar o atendimento. Desculpa, Sonia, obrigada pela correção. Que seja feita a ampliação do número de horas atendidas nessas EMEIs que ainda isso. Quando for o caso, garantir uma diversidade de horários que atenda a necessidade das famílias. Outra observação com relação aos padrões de qualidade é garantir a formação continuada a todos os profissionais seja da rede direta ou conveniada.

Outro ponto é sobre a necessidade de manutenção dos equipamentos tanto de infraestrutura quanto do mobiliário e isso pode aparecer já no diagnóstico. Isso é necessário que seja feito.

Há dois pontos na parte inicial do Projeto de Lei que gostaria de discutir. O plano foi formulado e esse era um dos princípios que a Comissão Executiva vinha trabalhando que é um plano da cidade de São Paulo e não é um plano da rede municipal ou do sistema municipal.

Os primeiros artigos do Projeto de Lei caracterizam o PL como um plano para o sistema municipal, então, isso precisaria ser alterado de forma que as metas atingissem o território da cidade de São Paulo, não importa se é para atendimento da rede municipal, estadual, federal ou privada. Reforçar a base territorial do plano.

O segundo ponto é inserir no artigo sobre monitoramento do plano a criação de um centro de informações educacionais da cidade de São Paulo que fosse realizado pelos três níveis governamentais. Então, Município, Estado e Governo Federal deem base para uma ação planejada e articulada entre os governos – espécie de Inep – com base territorial em São Paulo.

Essas são as duas propostas com relação aos primeiros artigos do Projeto de Lei.

(NÃO IDENTIFICADO) – Ananda, uma dúvida sobre essa proposta do monitoramento integrado das três esferas.

É só um monitoramento para fornecimento de dados para que cada instância lide com isso ou é proposta de ter um fórum, alguma instância para lidar com essas informações?

A SRA. ANANDA – A proposta é para além do plano, mas aproveitando o plano

para destacar isso que é um centro de informações educacionais no Município de São Paulo que não seja só municipal, mas abranja as três instâncias governamentais e que, no caso do Plano de Educação, dê subsídio para o monitoramento do plano.

Esse ponto foi apresentado em uma publicação que a ação educativa publicou no ano passado chamado “*Educação e desigualdades na cidade de São Paulo*” em que uma das questões apresentadas é a dificuldade na coleta de informações e na análise dos dados educacionais. Então, um centro de informações possibilitaria maior acesso e controle do plano de educação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A próxima inscrita é a Sra. Soraia Alexandra, da Diretoria Regional de Educação de Pirituba.

A SRA. SORAIA ALEXANDRA – Boa noite.

Desculpe o atraso, eu estava em uma reunião discutindo a greve na cidade de São Paulo. Não podemos deixar de considerar neste contexto de discussão do plano que estamos vivendo a pior greve, o que está trazendo desconforto para as famílias e falta de sensibilidade em relação ao atendimento às crianças. Por isso, eu quero deixar registrado aqui a minha chateação em relação ao que a gente vendo. É uma pena. A Câmara Municipal poderia estar se pronunciando mais fortemente junto ao Governo, para poder ver se chega finalmente a essa greve.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu não gostaria de falar sobre a greve agora. Eu gostaria de falar do plano Municipal de Educação.

NÃO IDENTIFICADA – Amanhã haverá uma assembleia, e eu gostaria de conclamar e convidar todo mundo para estar presente. Em relação ao plano em si, eu não sei qual foi a estratégia necessariamente que elegeu essas metas, mas eu não posso deixar de considerar três aspectos, que eu acho serem essenciais. Eu não estou entendendo a lógica da eleição das metas.

Em relação à questão indígena, na qual fiquei, por dez anos, dedicando-me a essa

discussão, primeiramente, digo que, na sexta-feira, participamos de uma atividade muito importante, a celebração da implantação dos projetos Ceci. Há três Cecis na cidade de São Paulo, inclusive um em Pirituba, no qual eu fui responsável dentro dessa lógica, e dois na zona Sul. Esse projeto está posto na meta nº 1. Aqui não está colocada a criação dos cargos dos educadores indígenas, que estão atuando nesses equipamentos, que já foram colocados atrás. Nem a formação inicial foi realizada, em relação a esses educadores indígenas, que hoje atuam nesses equipamentos.

Eu concordo plenamente com a necessidade da criação desses cargos, em respeito aos povos indígenas, que hoje atuam nesses projetos tão diferenciados, bilíngues, e se remontam a essa população historicamente excluída.

Em relação à questão da merenda, concordo plenamente com o que foi colocado. Essa questão não se refere só à indígena sim. Podemos até fazer uma inserção, se for o caso, da necessidade dessa adequação da alimentação, dentro de uma perspectiva étnico-cultural, que não abrange só o indígena, mas que também tem outros interlocutores importantes, como temos visto na cidade de São Paulo, os bolivianos e o movimento de ciganos. Efetivamente, eles também têm a sua alimentação, que deve ser preservada e melhorada, assim como a alimentação das nossas crianças.

Em relação à questão dessa formação continuada, é fato, é necessária. Gostei muito do que a senhora falou, sobre a questão de convênios. Eu acompanho convênios. Hoje de manhã, eu estive em dois. Também tomei ciência de uma denúncia de um atendimento clandestino. Há uma pluralidade de atendimentos na Educação Infantil que não podemos ignorar.

Com a minha experiência, estou começando a entender que não necessariamente podemos falar: “Uma professora para cinco alunos resolve o problema”. Ponderaram nessa mesa dizendo que há prédios que não se adequam necessariamente ao atendimento. Por outro lado, há prédios que poderiam oferecer um atendimento específico para um determinado

etário, como um berçário, onde pessoas não sobem nem descem escadas. As crianças poderiam ser atendidas de outra forma.

Há um equipamento com CEI, num prédio maravilhoso e num parque sensacional, mas a gente também não pode desprezar a importância do convênio hoje na cidade de São Paulo, para atender à demanda reprimida que está posta. Eu tenho muito respeito aos convênios com quem tenho conversado nesse um ano de supervisão. Eu tenho clareza da seriedade das pessoas que estão ali. Eu tive o privilégio de só ter conversado com gente boa. Diferentemente, há pessoas equivocadas no atendimento que prestam.

Em relação à questão do dinheiro público, eu não tenho dúvida que a gente tem que defender uma pauta para a educação na cidade de São Paulo. O dinheiro público é para o ensino público, não para a escola pública necessariamente. Ele só é mais amplo. Isso abrange um leque que pode estar sendo pautado na lógica da melhoria na qualidade do atendimento social que a gente tem. Basicamente os ciclos vieram dentro de uma lógica de política de Educação Infantil que está posta hoje na cidade de São Paulo, com a introdução do Plano Mais Educação nos três ciclos. Quando discutimos esse plano, quanto à criança com seis anos, ele veio fazer parte dessa lógica, e a gente tem que fazer sim essa integração com o Ensino Fundamental.

Num outro dia, uma diretora de uma EMEF, dentro de uma lógica, numa reunião conjunta, quando a gente trouxe os equipamentos juntos, não necessariamente só educação infantil. Ela falou uma coisa com a qual eu gostaria de encerrar a minha fala: “Temos que ‘emeizar’ as escolas em educação fundamental”. Na realidade, ela estava dizendo o quanto que o trabalho da educação infantil é importante hoje com a política pública que está sendo desenvolvida em São Paulo e o quanto que a educação fundamental é um paradoxo em relação a esse atendimento tão desigual.

Agradeço. Muito obrigada. Vamos continuar conversando.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Estão encerradas as inscritis.

Inscritos: Claudete, do Cedim (?); Cláudio; João Adão, do Movimento Unificado;

Quésia, do Creci; Sônia, Dort (?) Educação Infantil da SME; Indira, do Fórum Paulista de Educação; e a Benê, do Sinesp.

Para as reinscrições são quatro minutos; para os que se inscrevem pela primeira vez são quatro mais dois minutos.

Tem a palavra a Sra. Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Gostaria de parabenizar os nobres Vereadores Reis e Vespoli, por estarem, a uma hora dessa, discutindo esse assunto, bem como oportunizando a abertura dessa discussão aqui na Câmara Municipal.

Na minha fala quero me discutir com a representante do convênio Monte Azul, que eu conheço o trabalho lá. E eu só lamento que faz parte de ilhas, as pouquíssimas ilhas de excelência que temos na cidade de São Paulo que atendem rede conveniada. Essa é uma delas. Se pelo menos 50% atendessem com 20% da qualidade com que vocês atendem lá, eu retiraria a minha fala, mas, lamentavelmente, a realidade é outra, e por isso eu a mantenho. Se a criança é a mesma, a qualidade tem de ser a mesma, e o Poder Público tem de ser responsável por ela. A rede direta é responsável por esse atendimento, e não terceiros.

Penso, Vereadores e companheiros presentes, que o plano vai planilhar uma ação, e quem vai executar é o Poder Executivo.

Então rapidamente vou pontuar algumas propostas. E talvez tenhamos mais tempo para debatê-las.

Para atingir algumas metas de vários anseios postos aqui, em que pesem as discordâncias, uma das coisas que o plano poderia prever é que, ao final dos primeiros cinco anos, fossem devolvidos todos os prédios públicos que hoje estão sendo gerenciados por terceiro. Acho que isso é factível, é possível, respeitando toda a situação. Se não me engano, no último levantamento que eu fiz, 92 prédios construídos com dinheiro público, e que há anos estão na mão de gerentes não tão confiáveis como os gestores do Monte Azul. Acho que poderia ser estabelecida uma meta para essa devolutiva e concurso público, com as exigências e tudo o mais. Acho que isso é factível, é possível já ir num crescente para atingir o desejo de não passar para terceiros uma responsabilidade que é do Poder Público.

O que entendemos de CEMEIs? Não dá para dividir a criança, você não corta a criança, ela não deixa de ser criança a partir dos quatro anos. Então os CEMEIs seria você deixar de ter CEI – EMEI porque o currículo é o mesmo, a formação é a mesma. O único problema que temos está relacionado às jornadas, que são diferenciadas. Mas vejo que no

momento em que vai ter que universalizar, todas essas propostas estão vinculadas com a questão da obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos. Você poderia organizar e pensar nos próximos concursos dando a opção de quem está nessa jornada e não quisesse ficar nela, pudesse exercê-la no ensino fundamental, por exemplo.

A menina ali falou da questão de “emeizar”. Eu acho que não é “emeizar”, acho que a educação, e o plano deve prever, a garantia do exercício da infância, e aí passa pelo currículo. Eu também tive a oportunidade de dar aula em cursos de pedagogia, e eu percebo essa distância para se entender a infância. Então acho que se repensamos um currículo que dê condições de garantir o exercício da infância, garantir essa cidadania para esse ser que ainda é tão indefeso, o plano poderia aprontar, através de uma proposta indicativa de um PPP, por exemplo, e no rever esse currículo, que já tem que ser o mesmo.

Por exemplo, para se trabalhar com essa faixa etária da infância, dos 0 aos 11 anos, é a mesma formação, é o mesmo currículo. Acho que ele só tem que ser mais recheado.

E tem um ponto aqui que fala de garantir a matrícula das crianças com deficiências, e especificaram algumas, não todas.

A lei já diz isso: a gente tem uma lei nacional, temos o Decreto 5226 que já garante isso. O problema é formação e o apoio.

Por fim, gostaria de deixar registrada a minha vontade de ver um plano municipal de educação contemplar a obrigatoriedade da implementação da Lei 10.639 ou a Lei 11.645 na rede municipal de ensino. Isso deveria estar explícito no plano municipal de educação.

Queria ainda falar das férias e do recesso para as crianças e professores, mas não vai dar tempo, então fica para outra oportunidade.

P – Tem a palavra o Sr. Cláudio, do Fórum da EJA.

O SR. CLÁUDIO – Boa noite.

Com relação à Meta 01, “promover a ampliação da oferta de educação na rede direta, indireta e conveniada, assegurando a sua qualidade”, acho que estamos num debate muito impreciso quando não dimensionamos. Quais são os dados de oferta direta, indireta e conveniada? Se esse colegiado não apontar as metas, quem vai apontar? Temos de sair daqui com números concretos. Se não tivermos dados para isso, vai ser uma discussão vazia, e não vamos conseguir avançar, porque o que temos de importante nesse fórum é a relevância daquilo que estamos tratando, e o que transforma isso numa informação importante, como por exemplo, o percentual da conveniada. Falou-se inclusive em mecanismos de contenção. Esses

mecanismos têm de ser pensados mesmo. Qual é o percentual que temos de conveniada, até que ano isso vai permanecer e se ele vai descrever ao longo de algum tempo. Temos que dizer quais são esses tempos, só que para isso temos de conhecer esses números. Mesmo porque estamos nos esquecendo de uma discussão importante, que o próprio plano nacional foi votado ontem, que é o CAQi – Custo Aluno Qualidade.

Infelizmente, no Município de São Paulo...

P – Foi votado o relatório.

R – Sim, mas já é um avanço, não é, Vereador Reis. O que temos no Município de São Paulo é um barateamento. O convênio, na verdade, a tradição é essa. Infelizmente, temos de tentar reverter essa lógica. E talvez tenhamos hoje na cidade de São Paulo, e talvez no próprio estado, que são os mais ricos da Federação, a possibilidade de mudar isso se houver vontade política, porque não é uma questão de recurso. O problema do Brasil é quais são as prioridades, e educação, infelizmente, não é prioridade.

Com relação à Meta 6, quando se fala da educação integral, estou falando de São Paulo porque sou diretor de escola na rede municipal. O que se faz com as escolas é perverso, porque o Governo Municipal estabelece convênio diretamente da unidade com o MEC. Acontece que a escola não pode operar a possibilidade de educação integral.

Vou dar um exemplo: 32% dos meus alunos do ensino fundamental II já tem jornada ampliada de nove horas, que é muito mais do que as sete previstas pelo próprio Governo Federal. Só que nós não podemos ter recursos, nós temos convênio com o Instituto Federal da Educação, que oferece cursinho preparatório para ingresso em escola técnica, de segunda a sexta, três horas e 15, por dia. E nós não temos recursos.

O que nós fazemos? Fizemos o conveniamentos agora, no começo do ano. Quem tem experiência na rede municipal sabe que o dinheiro só deve cair em dezembro, ou seja, como é que nós vamos operar com isso? É sempre para o ano seguinte. Na verdade, esse conveniamentos deveria ser feito nos sistemas, no Municipal e no Federal.

Tenho uma proposta para a inclusão de 6.4, que é o seguinte: efetivar o convênio entre a SME e o MEC de modo que os recursos para as escolas sejam direcionados pela SME, com repasses trimestrais. Recursos esses que devem ser ressarcidos pelo MEC. Assim nós

racionalizamos.

O que acontece hoje? Há conselhos gestores, por exemplo, da Educação Integral e Mais Educação. O conselho gestor da DRE aprova, o da SMI aprova e nós estamos com o plano aprovado, mas só vem recurso do Governo Federal.

Quem deveria disponibilizar recursos para a unidade educacional seria o Poder Público Municipal. A ideia de fazer o repasse único, repassa uma verba montante de 100 mil reais, e nós temos que gastar ao longo de algum tempo, ou seja, ninguém gasta recurso assim.

Com essa proposta, o que o Governo Municipal deveria fazer? Um repasse trimestral no segundo trimestre já recebe averba do MEC. Nós sabemos que esses recursos federais são a fundo perdidos, nem uma escola presta conta para o Governo Federal, presta apenas para a Prefeitura. Se a Prefeitura aprova o Plano da Unidade Educacional, pode disponibilizar o recurso e depois ser ressarcida, pelo MEC. Essa é uma forma de racionalizar e, de fato, promover a educação integral. Do jeito que é hoje não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Próximo, Sr. José Adão, Movimento Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO – A colocação do Cláudio fica em sintonia com o que a Nanda fez, em termos de ter um sistema das três esferas que, realmente, possibilite uma educação no território. A questão da educação no território foi o espírito que animou, desde 2008, esse grupo que vem trabalhando nesse sentido.

Nós vemos, por exemplo, a propaganda, por exemplo, do SESI, SENAI, e aí é aparentemente uma grande caridade que eles estão fazendo, que estão contribuindo com a sociedade e assim por diante. As pessoas não sabem que tem uma contribuição, que por esse recurso não ir para o serviço público, eles usam o recurso público de maneira privada, e têm o retorno institucional daquilo que fazem.

Houve a campanha em relação ao dia nacional contra os impostos, a gasolina era dois e cinquenta e pouco, sem imposto vai um e oitenta e pouco, e o Governo ganha de ladrão, que não faz nada, não aplica, tem deixado o setor privado para gerenciar.

Mas na hora de discutir, digamos, o imposto sobre grandes fortunas, transferência de propriedade, o imposto sobre renda, isso não é discussão fácil de ser feita. Todas essas questões vão inserir naquilo que o Estado vai realizar em termos daquilo que é direito do cidadão. Vejo esse Plano Municipal e mesmo o Nacional como transição para um plano real de educação. Porque até agora temos um plano da rede municipal, da rede estadual e federal em torno do setor privado ou conveniado, mas não temos a Educação de uma forma estruturada, com começo, meio e fim. Não há um processo educacional, há um movimento fracionado.

Uma questão que vejo problemática, e acho que temos de resolver, é que há ações de qualidade as quais não constituem em processo referencial de qualidade. Você pode fazer um grande trabalho na sala de aula, durante um ano, pode receber uma medalha, uma premiação, mas no ano seguinte tem de começar do zero, não vira referência para outros colegas. Geralmente a premiação é em dinheiro, e se na escola há espaço para um número maior de alunos, e ela tem destaque, pode receber prêmio em dinheiro porque conseguiu atingir um referencial. E as escolas que não têm destaque, são zero. Temos de inverter essa lógica no sentido de que aqueles que sabem o caminho, eles não precisam de dinheiro para continuar caminhando, não precisa investir na Ferrari, nas empresas da Fórmula 1, tem de investir nos setores mais atrasados, que são os que estão na rede conveniada.

Temos de ter um processo em que a responsabilidade educacional seja compartilhada pelas esferas do poder, pelo setor privado, pelas famílias, pois o objeto da educação são as crianças, são os futuros cidadãos.

Nesse sentido, os indicadores de qualidade, as metas e principalmente o controle dos recursos públicos – impostos, isenções, renúncias fiscais – têm de ser parte de um maior controle social, onde os agentes vão avaliar onde e quando estão investindo os recursos.

Outra questão é em relação à concessão das creches e das escolas, de uma maneira geral. No Plano Diretor – e posso estar enganado – a rua tem de ter 12 metros para poder abrigar um equipamento educacional. Só que com a expansão imobiliária, não há mais terrenos. Então, esse padrão de referência de 12 metros serve tanto para um grande equipamento, como um CEU, como para uma escola que abriga 200 alunos. Creio que os Vereadores deveriam se ater a esse item adequando essa exigência à proporcionalidade da escola.

Por último, parablenizo a referência da Claudete em relação às leis 10.639 e 11.645. Saliento que em novembro de 2014 são 10 anos do feriado em São Paulo, do Dia do Zumbi dos Palmares, do Dia da Consciência Negra.

Quando à Comissão de Administração, em seu último relatório, ela excluiu a 10.639 como ponto de ensino. Está lá: valorizar as culturas europeias, indígenas, africanas e asiáticas. Para mim, é uma coisa; para você, outra. E aqui é a casa dos doutores da lei. O Professor Coronel Camilo é professor universitário há 13 anos, então há alguma coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra Sonia, por quatro minutos, por favor.

A SRA. SONIA – Nesses quatro minutos, vou tentar apontar vários pontos que creio importantes, interessantes, são ideias a serem refletidas.

A primeira é em relação à palavra aluno. Acho que deveríamos abolir a palavra quando falamos de educação infantil porque, na verdade, se tomarmos como exemplo crianças que frequentam berçário, elas não são alunos. Poderíamos trocar aluno por criança.

Outro ponto é a palavra classe. Não são classes, são agrupamentos, são formas que a unidade encontra para efetivar a matrícula. Não necessariamente precisa estar dividido em classe. A questão pode parecer semântica, mas não é, por detrás há uma concepção.

Quero chamar atenção porque na Meta 1, quando afirma: “analisar e definir novos espaços para expansão da rede pública de educação infantil”; e logo abaixo: “ampliar o número de classes nas escolas que disponham de espaço físico”; essas duas estratégias nos levam a pensar na necessidade de padrões de infraestrutura. Você não pode pegar qualquer espaço e construir salas de atendimento para as crianças. É importante, em vez de fazer isso, pensar numa estratégia quanto à necessidade de se estabelecer e seguir padrões de infraestrutura com relação à arquitetura e ao mobiliário. Temos uma portaria que trata disso, acho que precisamos revê-la. Creio que ficaria bem melhor se o plano apontasse no sentido de padrões de infraestrutura.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONIA – Há sim. Nos padrões de qualidade, um dos volumes trata especificamente da infraestrutura.

Quero chamar a atenção, concordar com a Claudete quanto à importância da inclusão na educação infantil para discussão da lei, incluindo não só as questões dos afrodescendentes, mas as indígenas, para que fiquem marcadas na educação infantil.

Outra questão que não foi tratada e que pode ser apontada na meta 6, quando trata

das 6 horas diárias, acrescentaria na estratégia a flexibilidade no horário de atendimento às crianças, de acordo com a necessidade das famílias. Há famílias que mesmo no CEI não necessita de 8 horas. Às vezes, 6 horas seriam suficientes, e a criança acaba ficando 8 horas e não é bem entendido ou compreendido. E 10 horas é o máximo, mas geralmente as crianças ficam 8 horas. Deveria ter alguma coisa tratando da flexibilidade diante da necessidade das famílias.

Outra questão que eu incluiria é que a rede municipal não adote, em qualquer hipótese, sistema de apostilas para a educação infantil, que tenha autonomia curricular baseada nas diretrizes curriculares para a educação infantil. É deixar pontuado no plano que não somos favoráveis ao uso de apostilas. E isso é devido à concepção que defendemos, às pesquisas que são feitas na educação infantil, tudo é contrário à ideia do uso de apostila.

Também que sejam garantidas as orientações pedagógicas específicas, assim como já afirmei, a infraestrutura, os equipamentos e materiais adequados para o atendimento das crianças de 6 anos no ensino fundamental. Voltemos um pouco ao que já falei, lembremos que as crianças no ensino fundamental ainda são crianças e que continuem pelo menos até os 12 anos.

Também que haja maior incentivo à valorização dos conselhos de CEIs e EMEIs, para que se constituam em efetivos espaços de deliberações sobre questões da instituição e aí pensando até para que os CEIS conveniados possam ter os seus conselhos, porque geralmente quem tem mais os conselhos é a rede direta. Pensando isso na expansão para a rede indireta. Sim, com certeza, é pensando nisso.

Uma outra questão, que se assegure o direito da educação infantil às crianças até o término do ano letivo ao completarem seis anos de idade. O que acontece? Com algumas portarias acabam antecipando a ida das crianças de cinco anos para o ensino fundamental. O que tem também que assegurar no plano é que as crianças realmente entrem no ensino fundamental com seis anos, que a gente não abra uma brecha.

Só para terminar, queria salientar que na verdade é importante lembrar que a rede conveniada faz parte da rede municipal e que a rede conveniada não tem uma autonomia total, mas deve seguir a orientação da política e as orientações pedagógicas da rede municipal.

O SR. – Só um esclarecimento rápido que apareceu nas duas falas, a

questão das relações étnico-culturais no ensino de história brasileira e africanidades, foi uma reivindicação da reunião passada e a gente vai por como ponto específico na próxima reunião nossa. Então da para entrar nisso com mais detalhamento na próxima reunião.

A SRA. – Eu posso só terminar mais uma coisinha, que é na meta dois, que não consta do que recebemos para discutir hoje.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Mas a meta dois está para discutir hoje ou tem outra data para discutir a meta dois?

A SRA. – É o ensino fundamental de nove anos. Então, como...

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Meta dois nós discutimos na semana passada.

A SRA. – Eu só quero reafirmar que a gente não esqueça de falar da articulação do ensino fundamental com educação infantil.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Kesia, do CRESCE.

A SRA. KESIA - Eu acho que a gente precisa limpar algumas arestas. Então eu vou começar pedindo desculpas porque eu acho que às vezes a gente fala uma coisa querendo dizer outra e eu entendi o que vocês falou posterior, depois das palavras das minhas colegas, que eu também tive o mesmo entendimento que ele, que você estava menosprezando e, na verdade, não foi isso. Já entendi. E muitas vezes eu também coloco uma situação que eu falo uma coisa querendo dizer outra.

Eu queria resgatar um pouco do que estamos fazendo aqui hoje, serve até para mim. Para a gente ponderar um pouco mais na hora que formos nos colocar, principalmente a minha pessoa, que hoje estamos aqui tentando ajustar a democracia representativa com a democracia participativa. Porque na verdade a conferência foi a democracia participativa e aqui estamos com os nossos representantes. Então acho que é um ajuste e que a gente precisa trabalhar um pouco mais na questão de fazer esse ajuste e entendemos que a gente precisa exercer as duas democracias, porque, caso contrário, a gente não tem o exercício pleno da democracia se as duas não andarem em conjunto.

E aí queria também colocar, e peço desculpas aos meus companheiros se a minha fala atingir alguém entendam o que vou falar. Esse grupo aqui, que em sua maioria pertence também ao Fórum Municipal de Educação, e que também faz parte de um GT do Fórum para acompanhar a tramitação desse plano, quando nós formamos o grupo, quando estávamos no Fórum e formamos o grupo, não foi mais para defender o que a Kesia acredita, ou que o que o CRESCE acredita, ou que fulano acredita ou que entidade acredita. Aqui viemos defender o quê? O que a população de São Paulo acredita na sua democracia participativa que foi a conferência. Então aqui “muitas coisas que saíram de conferência, que constaram no documento final, vários de nós aqui polemizamos e não concordamos, mas aqui defendemos as deliberações do grupo maior, que é a população de São Paulo”. Tem de estar claro o que estamos falando.

Quando eu falei que deliberação de conferência não tem polêmica, é nesse sentido de que foi debatido exaustivamente, todos tiveram tempo de falar, várias plenárias e chegou-se ao consenso que foi a votação final.

Debatemos muito a questão do conveniamento e é o que está mais pegando aqui hoje nesta mesa. Por quê? A questão não é conveniar ou não conveniar, é o número de conveniamentos, a forma como está sendo feito. Óbvio que o setor público não vai dar conta de toda a demanda, isso é óbvio, mas ele não pode passar para o setor privado toda a sua demanda porque em longo prazo é isso que vai acontecer. Estamos colocando mais em convênios do que em rede direta, o número de convênios é muito maior e a gente tem visto isso este ano.

Então, estamos no sentido contrário da democracia participativa, do que a gente deliberou. É essa contrapartida que não estamos assimilando. Sabemos que o dinheiro é público, que o conveniado trabalha dentro das regras públicas, mas não é essa a questão.

A questão é que precisamos, conforme deliberação da conferência, mais concurso público, valorização dos profissionais públicos, regressão no número de conveniados.

Precisamos avançar nisso porque senão não tem sentido estarmos exaustivamente no mesmo debate e as coisas indo no contrafluxo.

Não é se eu gosto ou não da rede privada, a questão é valorizar o público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Indira.

A SRA. INDIRA – Só reforçar que neste documento que eu comentei do fórum, a gente também coloca a possibilidade de flexibilidade do atendimento, a demanda de acordo com a opção da família. Com relação ao material escolar, mobiliário e projetos arquitetônicos, também gostaria de acrescentar que sejam adequados às especificidades da faixa etária. Não só o material escolar, mas também o mobiliário, espaço físico, tudo seja adequado à faixa etária e que contemple a infância em toda a sua potencialidade criativa, participativa e investigadora.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Bene, do Sinesp.

A SRA. BENE – Quanto a mobilidade dos profissionais na rede direta, temos registrado em lei a possibilidade de remoção. A remoção não representa prejuízo para qualquer unidade educacional. Porque o profissional tem de se pautar por um currículo, por planos de trabalho. Então, o fato de um profissional mudar de lugar não significa empobrecimento. Às vezes você também tem pessoas que ficam arraigadas em um único lugar e isso não significa que a produtividade dessa pessoa é maravilhosa.

Esse é um dado que para a avaliação de um equipamento não pode ter muito peso, pela manutenção ou não dos seus profissionais.

Parabenizo a Sonia por ter lembrado a questão pedagógica porque, realmente, na meta um não é contemplado. Estava conversando aqui com o colega que eu iria ressaltar. Então, tudo o que a Sonia falou eu considero importantíssimo.

A meta seis traz como última estratégia uma questão que as nossas crianças

perderam há muito. Antigamente, nós tínhamos a rua como espaço educativo. Hoje, isso não existe mais. Então, temos uma meta aqui que acho que, a última estratégia da meta seis, teríamos que nos debruçar mais sobre isso para fazermos com que a Cidade realmente tivesse um espaço educacional para a criança. Isso demandará verbas.

Aí, já entro, também, nessa questão de verba, a respeito do que o Cláudio trouxe. Temos esse plano, que foi enviado para a Câmara Municipal onde sumiu a questão do financiamento. Ele não tem absolutamente nada! No ano passado, no início do Governo, tivemos uma reunião com a Comissão que estava tratando do assunto. Colocamos a necessidade de se fazer uma complementação porque o plano não fala nada de financiamento. É uma meta que não existe!

Então, “tudo isso que o Cláudio sugeriu, e outras coisas mais, deveria entrar no financiamento do plano”.

Essa questão da educação inclusiva, na meta um, teremos que discutir exaustivamente e mais profundamente. Hoje, temos uma rede de inclusão e uma rede de alunos sem problema na rede municipal.

Era isso.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

(NÃO IDENTIFICADA) – Você sabe que somos defensores do concurso público. Os regionalizados, nós não defendemos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Antes de terminarmos, passarei a palavra para questão de ordem.

(NÃO IDENTIFICADA) – Gostaria que pudéssemos nos respeitar mutuamente aqui, evitando esse tipo de debate. Não me sinto muito bem quando começamos a fazer essas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Silvana.

A SRA. SILVANA – Hoje o tema foi Educação Infantil. No dia 27 falaremos sobre plano de carreira. Como, agora, me debrucei no documento que não era a versão final, já não sei mais o que é certo ou o errado. Mas, de toda a forma, foram levantadas questões aqui que envolvem a questão da carreira.

Quando a Claudete fala do Cemei, em que as carreiras são diferentes, as jornadas

são diferentes, isso entra em plano de carreira.

Na Educação Infantil, na Emei, me incomoda muito a jornada da criança ser uma e a jornada do educador ser outra, porque a criança acaba tendo dois educadores, o que fragmenta a relação e o vínculo.

Então, por favor, essa questão do plano de carreira envolve Educação Infantil. Então, estejam presentes.

O SR. JOSÉ – O Lourival fez uma primeira questão, que eu deixei para responder só no final, porque tivemos uma mudança de metodologia.

Na semana passada, anotamos muita coisa sobre o que foi sugerido, só que foi muito taquigráfico, até porque a dinâmica da semana passada acabou girando muito em função das falas da Mesa. Mudamos a dinâmica hoje e, até por isso, não teve uma apresentação inicial, porque, como a ideia aqui é que ouçamos, que subam os destaques do que veio da Conferência. Esse é o nosso objetivo. E surgiu muita coisa aqui, hoje, para, a partir daí, o relator poder trabalhar em cima também.

Então, hoje, surgiram propostas de novas metas, de adendos, de alterações, de destaques que vamos nos debruçar. Algumas já foram apresentadas de forma mais elaborada. Então, por exemplo, apresentaram números sobre a questão do número de atendimento. Outras foram colocadas como um destaque mais de prioridade, como a fala da Sheila e que teremos que ir atrás dos números. Isso possibilitará redigir inicialmente e, a partir da redação, talvez tenhamos a concretude que o Cláudio falou de ter o documento mais preciso.

Mas esse primeiro bate-bola entre nós, de levantarmos tudo, é importante para a relatoria poder formular, e acho que hoje conseguimos dar um pouco mais de conta disso. Nos próximos, obviamente, os assuntos se entrelaçam, porque tem a valorização, mas também tem o financiamento. Sem financiamento não há ampliação, não há atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A Silvana está fazendo um requerimento à Mesa para que haja uma avaliação da dinâmica aplicada hoje, se vocês aprovam ou se, para a próxima reunião, haja a mudança da dinâmica.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Neste momento, estamos recuperando muito o que aconteceu das discussões para tentarmos, de forma equilibrada, com a sociedade, Câmara e Governo para que haja um plano que possa ser aprovado. Então, temos que buscar um consenso.

(NÃO IDENTIFICADA) – Sobre o calendário das próximas reuniões. O Sr. José até comentou que haverá a inserção de outros temas na pauta previamente prevista. Então, como também temos feito uma divulgação dessas reuniões, seria importante passar as datas, os temas. É só isso.

O SR. JOSÉ – Dia 09/06, a próxima, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e a questão da Educação Etnocultural, meta 22. No dia 16, Financiamento e Infraestrutura. Dia 27, Valorização profissional e Gestão Democrática. Então, do calendário inicial, só acrescentou um item na reunião do dia 9.

Só para fechar, conversei com o pessoal da Secretaria e já devemos ter disponível o vídeo. Então, mandaremos um *link* para vocês, da reunião passada e da de hoje. As notas taquigráficas demorarão um pouquinho mais.

A Educação Ambiental, nós não pautamos. Mas essa meta, estamos recolocando em todas as reuniões, porque entendemos que ela é transversal.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Acho que hoje foi muito mais produtivo. Estamos procurando o eixo de discussão.

Não sei se o Vereador Reis esteve nas conferências, mas, para mim, elas deram um apanhado muito bom, até das divergências. Isso é de um teor significativo para a elaboração do substitutivo.

Então, acho que cumpriu o papel e tenho me colocado mais na posição de ouvinte, para saber como foi o processo, a fim de chegarmos a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, nobre Vereador Toninho Vespoli. Aqui, temos o e-mail da Educação, para quem quiser mandar contribuições: educacao@camara.sp.gov.br.

Antes de terminar, falarei a posição da Câmara com relação à greve. Não é um debate. Não quero misturar a greve com a discussão do Plano Municipal de Educação porque vai contaminar. Mas, só a título de informação, como Presidente da Comissão de Educação, a Comissão de Educação se reuniu com os Presidentes da Aprofem e Sinpeem, Srs. Claudio Fonseca e Ismael, na quinta-feira passada. Tínhamos, hoje, uma reunião marcada com o Secretário de Relações Governamentais e com os dois sindicatos. Aprovamos, em primeira votação, o projeto de lei do Executivo que trata da questão. Hoje, o Governo pediu que suspendêssemos a reunião, porque hoje havia uma outra reunião com os sindicatos.

Queremos que essa greve acabe porque o maior prejuízo está sendo para as crianças.

Então, eles tiveram uma reunião hoje e eu não sei qual foi o resultado, mas está havendo uma discussão direta entre o Secretário e os sindicatos na tentativa de resposta para essa questão. Isso não quer dizer que a Câmara, por meio da Comissão de Educação, não participou e não buscou negociar, intermediar visando o fim da greve, mas tudo isso dentro de nossas limitações.

Amanhã, provavelmente, estará pautado o projeto para a votação, o PL 235, e provavelmente teremos o resultado da reunião e do próprio movimento de greve.

Muito boa noite e muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
